

Município de Caçapava

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI N°, DE 13 DE OUTUBRO DE 2025

Autoriza o Poder Executivo Municipal de Caçapava a adquirir e distribuir cestas de Natal aos servidores públicos municipais, ovos de Páscoa aos alunos da Rede Municipal de Ensino e kits de alimentação escolar aos alunos da Rede Pública Municipal durante o período de férias ou recesso escolar, e dá outras providências.

Yan Lopes de Almeida, Prefeito Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a *Câmara Municipal* aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI nº

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei autoriza o Poder Executivo Municipal de Caçapava a promover a aquisição e a distribuição de benefícios alimentares destinados a públicos específicos no âmbito da Administração Pública Municipal, conforme estabelecido nos Títulos seguintes.

TÍTULO II DA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES

MUNICIPAIS

Capítulo I Da Distribuição de Cestas de Natal

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir e distribuir, anualmente, cestas de Natal aos servidores públicos municipais da Prefeitura de Caçapava.

Art. 3º As cestas de Natal de que trata esta Lei consistirão em itens típicos natalinos, tais como panetone, frutas secas, alimentos não perecíveis, proteínas e outros produtos tradicionais da festividade.





Município de Caçapava

Estado de São Paulo

Parágrafo único. Os itens deverão atender aos padrões de qualidade e segurança alimentar, sendo adquiridos mediante processo regular de licitação, nos termos da legislação vigente.

Art. 4º Terão direito ao recebimento da cesta de Natal todos os servidores públicos municipais ativos no mês de dezembro do respectivo ano, abrangendo servidores efetivos, comissionados, contratados temporariamente e celetistas, incluindo os membros ativos do Conselho Tutelar e os servidores do Hospital FUSAM.

§1º O servidor que estiver afastado por licença médica, licença maternidade, licença paternidade ou outra forma de afastamento legal não perderá o direito à cesta de Natal, com exceção dos afastamentos decorrentes de processo administrativo disciplinar e dos afastamentos sem remuneração.

§2º O servidor que estiver cedido a outro órgão público ou em exercício fora do município também manterá o direito ao benefício, desde que continue vinculado à Prefeitura de Caçapava.

Art. 5º A concessão da cesta de Natal tem caráter complementar e não se incorpora à remuneração dos servidores, não configurando vantagem permanente nem gerando quaisquer efeitos para fins previdenciários ou de cálculo de benefícios.

Parágrafo único. A concessão ficará condicionada à existência de disponibilidade orçamentária e financeira.

TÍTULO III

DA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Capítulo I Da Distribuição de Ovos de Páscoa

Art. 6º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir ovos de Páscoa e demais itens de chocolate para distribuição aos alunos da Rede Municipal de Ensino.

§1º A concessão dos ovos de Páscoa e demais itens de chocolate aos alunos da Rede Municipal de Ensino ocorrerá anualmente no período da Páscoa, caso esta venha a ser realizada.

§2º Os ovos de Páscoa ou demais itens de chocolate atenderão aos padrões de mercado e serão concedidos no mesmo patamar a todos os alunos da Rede Municipal de Ensino, respeitando-se casos de intolerância e demais restrições alimentares.







Município de Caçapava

		-2				
Estac	n	do	9 nn	Dan	n	
	1000	4 170	Dalla	The CLUB	100	

Capítulo II

Do Fornecimento de Kit Alimentação Escolar Durante o Período de Férias ou Recesso Escolar

Art. 7º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a fornecer merenda escolar por meio de kit alimentação durante o período de férias ou recesso escolar aos alunos carentes da Rede Pública Municipal de Caçapava.

Parágrafo único. O programa de que trata o *caput* tem por finalidade garantir o direito à alimentação escolar aos alunos em situação de pobreza e extrema pobreza, matriculados nos estabelecimentos de ensino da rede pública municipal.

Art. 8º Para participar do programa, o aluno deverá estar devidamente matriculado em uma creche ou em escola da rede pública municipal de ensino.

Parágrafo único. O benefício será mantido até a cessação da condição de elegibilidade de cada um dos beneficiários que lhe deram origem.

Art. 9º Em caso de entrega do kit alimentação, este deverá ser entregue ao responsável legal do aluno.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.

Art. 11. O Poder Executivo regulamentará, no que couber, a presente Lei, estabelecendo os critérios de aquisição, distribuição, controle, acompanhamento e demais disposições necessárias à sua efetiva execução.

Art. 12. Esta Lei está alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e contribui para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1 -Erradicação da Pobreza; ODS 2 -Fome Zero e Agricultura Sustentável; ODS 3- Saúde e Bem-Estar; ODS 4- Educação de Qualidade; ODS 10 -Redução das Desigualdades e ODS 16 -Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAPAVA, 13 de outubro de 2025.

DR. YAN LOPES DE ALMEJOA PREFEITO